

FERNANDO PESSOA: A MENSAGEM E A SIMBOLOGIA

Pedro Carlos Louzada Fonsêca

René Pedro Garay

Parece que toda a obra poética de Fernando Pessoa, por vicissitudes do «destino» de sua origem e condição (embora, lamentavelmente, não nos caiba aqui a intenção específica da exegese psíquica ou psicótico-somático-filosófica do seu processo criador) esteve, desde o princípio, como que fadada a um profundo simbolismo, lastreado e fortemente marcado por uma visão mística e/ou mítica do Universo. O próprio sentimento da antinomia absoluto / relativo, que flui e reflui na sua poesia, em processo de paroxística reversibilidade, constitui o «Mito de Sísifo» da cosmogonia do poeta que, com lúcida consciência e uma razão cerebrina da emoção, crivada pela análise clara da inteligência (embora não obliteradora de sua poderosa intuição, fonte de toda imaginação poética), encontra na sua heteronímia e obra ortonímica (que, em última instância, é também heteronímica) uma tentativa existencial e ao mesmo tempo oculta de explicar o mistério (ou mistérios) da vida. E toda essa tentativa fracassada enquanto mensagem de vida real, prática, sem solução absoluta (como não pode ser absoluto o que por natureza se constrói por contradição: o Homem e o Universo), só mesmo poderia ser cifrada numa linguagem de grande densidade simbólica, onde a presença do místico e do mítico se alternariam ou se complementariam. Esse estado de coisas tende a complicar-se, num cerrado simbolismo, nas poesias de natureza ocultista, onde comparecem, ao lado do mito, o místico religioso e o próprio esoterismo, como se configura (para o nosso caso estudado) a proposta da Mensagem.

A nos atermos às referencialidades político-históricas e sociais e mesmo biográficas da época do poeta da Mensagem (a Ditadura Militar de 1928, a profecia do «supra-Camões», por exemplo), uma leitura atenta dos poemas, que compõem essa obra, nos daria a idéia de que perpassa, por todo o livro, uma abstraída mito-poesia, nas raízes de sua inerência, de um exaltado «messianismo político»:

Embora a intenção de chegar um dia a compor um poema credencial com que se habilitaria a responder à profecia que fizera

em 1912 — a profecia do «supra-Camões» — datasse da época em que ousara lançar essa profecia e tal obra respondesse, perfeitamente, ao messianismo político inerente à sua costela israelita e ao culto da «Santa Kabbalah», traduzindo por um lado, na sua iniciação esotérica, e, pelo outro, na sua adesão ao mito sebástico e à crença no Quinto Império, a verdade é que só por volta de 1928 — à data da Ditadura Militar... — Fernando Pessoa se decide a compor a maior parte das poesias que formam a **Mensagem**.¹

Esse «mesianismo político» é sentimento nacionalista que desde muito cedo manifestar-se-á em Fernando Pessoa, haja vista que é de julho de 1913 a composição de um poema de concepção nacionalista de nome **Gládio** que, segundo intenção do próprio autor, daria nome a um livro. Quer isto dizer que, desde 1913, Fernando Pessoa pensava escrever um livro de índole daquele que depois veio chamar-se **Mensagem**:

Estávamos, então, no período da profecia do «supra-Camões». O poeta cria-se fadado para realizar uma obra de pensamento objetivo e significado simbólico. ...A poesia **Gládio**... se a inspirava já um certo sentimento esotérico, entre místico e panteísta — estávamos na fase do «transcendentalismo panteísta» ou «saudosista» — não traía qualquer intenção nacionalista. Só muito mais tarde, em 1934, esta mesma poesia, ligeiramente alterada, havia de vir a ser convertida na composição que na **Mensagem** é a segunda quina — D. Fernando, infante de Portugal.²

Mensagem, nome dado ao livro na véspera de sua publicação (1934) — porque o nome primitivo **Portugal** parecera a Fernando Pessoa por demais audacioso — é, sem dúvida, um livro de intenção política, mas na aura de um denso simbolismo mitopoético, nas tônicas da sua cosmovisão filosófica específica na época de sua gestação: «Não há dúvida que a **Mensagem** se integra na ordem das idéias que o levou (a Fernando Pessoa) a redigir o manifesto do **Núcleo de Ação Nacional**, os artigos do órgão do referido **Núcleo** e o poemeto **Presidente-Rei**»³ (1928), tudo dentro da visão pessoana da «Monarquia Absoluta» e «racional», de feitio messiânico; portanto de «nacionalismo místico», de que Fernando Pessoa se advoga adepto na sua condição inicial de saudosista recém-naturalizado, que possuía na sua alma a mística do Império, fruto de seu exílio pátrio em mistura com a sua visão ocultista dos designios do destino na vida. A verdade é que Fernando Pessoa, saído de Portugal em plena monarquia, que se podia dizer a caminho da falência e declínio, nunca deixou de ser um monárquico de uma monarquia superior, messiânica e «racional». Elitista, anti-democrático no sentido republicano e burguês (indo mesmo contra os ideais liberais que a República em 1910 instaurara), nunca se abalou na sua concepção, estrutura e formação monárquica. Isso,

ideologicamente, favoreceu (ou foi decorrência favorecida) a idéia pessoa de que os «valores» ou «universais nacionais» só poderiam ser inerentes a uma aristocracia de feitio monárquico, providencialista e tradicional: a ordem natural do regiocentrismo representava, nessa ordem de idéias, uma vontade vicariamente superior de Deus e seria responsável pela manutenção dos mais autênticos valores do Estado, como tradição da idéia de «nação» e não simplesmente de pátria.⁴ Tudo isso vem se confrontar com a idéia do autor da **Mensagem** da «monarquia racional», traduzida no messianismo sebástico de que fala o **Interregno**. Desse modo, a concepção do nacionalismo em Fernando Pessoa, de modo geral e especificamente naquele livro (única obra em verso publicada em vida), está ligada a uma série de idéias-força de todo o seu pensamento sobre o assunto, idéias essas intimamente ligadas à sua biografia e formação estética, filosófica e ideológica. São essas idéias:

— «exílio» e «re-naturalização» que, por terem ocorrido em plena Monarquia (ainda que sentidamente decadente), nunca iniciara o poeta como adepto na fermentação do ambiente revolucionário da República, tendo ficado para sempre gravado no seu espírito o sentido permanente da nação imperial, formado à imagem da tradição dos monarcas que no passado haviam consolidado a formação, glória e grandeza da raça portuguesa (embora denegadamente por Pessoa, reconhecida na épica camoniana);⁵

— «messianismo político», herdado, de um lado, pela análise crítico-sociológico e filosófica da nação decadente, de aburguesamento político-aristocrático que negligenciava o sentido da missão de conservativamente promover o enaltecimento da grandeza dos verdadeiros valores nacionais; e por outro lado;

— a «iniciação esotérica» de natureza mística e/ou mítica que Fernando Pessoa herdara naturalmente da sua ancestralidade judaica, fatalista e fáustica, condicionada pela peculiaridade psicológica de um espírito como o seu, problematizado por uma filosofia ôntica do Universo;

— idéia estético-filosófica do relativismo ôntico do ser e do cosmos, que produziu o fenômeno da sua cosmogonia heteronímica, filtrada na hiperneurastênica natureza psicológica de um espírito supra-sensível;

— fontes formadoras de sua cosmovisão, através da leitura dos clássicos ingleses (de maior influência) e de outras nacionalidades, num culto enciclopedista altamente intelectualizado.

Tudo isso, em maior ou menor escala, favoreceu, motivadoramente, com tônicas particulares por vezes, nas tomadas de consciência do poeta frente à política do ser na práxis do fazer e frente à poética do espírito na sua eterna busca de realização superior e absoluta; tudo isso cifrado numa linguagem e estilo que não poderiam ser mesmo outros que os de um profundo simbolismo. E a empresa mais ousada de Fernando Pessoa foi traduzir essa mesma simbologia ao nível de condições reais de existência pessoal (históricas portanto), numa tentativa (por vezes, e ao cabo de tudo, frustrada) de fazer ser vista a

verdadeira realidade que só poderia ser mesmo considerada como inerência à natureza do místico e do mítico. Se não o conseguiu praticamente (a sua ideologia-político-nacional era antes de tudo acrônica e utópica), poeticamente o fez com maestria insuperável, e é isso mesmo que a poesia da **Mensagem** dá muito bem mostras e prova.

Fernando Pessoa, a par da sua «satânica» tendência de «indisciplinador de almas» foi, na modernidade literária portuguesa, o sem par e inigualável criador de mitos, desde que entendamos simplesmente por mito a forma mais autêntica, por isso mesmo original, primordial, de criação e veiculação de projeções dos desejos do homem frente à tendência instintiva (natural portanto) de desocultamento, para sua satisfação ôntica, dos mistérios do Universo, da sua alma e do seu ser-no-mundo. E noções como, por exemplo, valores supremos da índole râmica de um povo (nação) só poderiam ser mesmo pressentidas, originalmente em toda a sua integridade, na plenitude absoluta da verdade mítica.

É muito difícil delimitar precisamente onde começa e termina o mítico e o místico em Fernando Pessoa; antes parece ser por interligações intrínsecas que essas idéias/sentimentos ou «manchas temáticas» se mantêm e subsistem. Por vezes, por um verdadeiro processo de contaminação poética, o mito se mistifica e o místico se mitifica, numa intrincada rede de relações, como acontece no caso da obra em estudo — a **Mensagem**. O que nos parece, sobretudo nessa obra, é que o mítico serve ao místico, porque mesmo a concepção do mito mitologiza-se como o arcabouço da construção do seu pensamento e/ou sentimento de religiosidade: a preparação da alma na sua caminhada para o Absoluto. Por isso mesmo, o que predomina no final da **Mensagem** é o esoterismo. Fernando Pessoa usa, para motrizar tudo isso, os conteúdos de força mítica que compõem a concepção de nacionalidade do povo português, recriando heróis mitificados (como é o caso de D. Sebastião), aproveitando-se do histórico e tradição para construir uma epopéia simbólica que, se muito fica a dever à concepção tradicional do gênero, é por faltar a ação dramática residida como força-êmulos na vontade e determinação dos heróis. O que antes nos parece é que (antes de dizermos que as personagens da **Mensagem** são destituídas de caráter) essas personagens não intervêm com empuxada força de vontade e ação. Talvez isso tudo corra por conta do documento histórico (a história de uma ética espiritual, diga-se de passagem) que a obra pretende ser e pela intenção do autor em orientar a realização dessas mesmas personagens a fins mais superiores: a visão providencialista dos desígnios humanos, tudo isso tocado de um profundo lirismo. Em Camões o(s) herói(s) se faz(em) e recebe(m) a recompensa erótica-lúdica-material e/ou intelectual-profética, corolária do valor de seus feitos. Em Pessoa, na **Mensagem**, os heróis já estão feitos, canonizados (o que vale dizer espiritualizados) e, num plano poético, são sentidos metaforizados, recebendo, ao fim e ao cabo, uma recompensa superior que ainda que ilusória e imaginária, ainda cumpre a idéia da quinta essência do ocultismo iniciático místico

e esotérico de uma ordem superior do espírito, culto de que participava o próprio poeta num sentido doutrinário. Nesse caso podemos dizer: poema-sentimento, antes de simplesmente poema-histórico, é a **Mensagem** de Fernando Pessoa.

Abordadas essas coordenadas iniciais, que uma leitura mais vertical da obra deveria supor, procuremos adentrar à simbologia da **Mensagem** para que se possa ver como essas idéias do «poetodrama» nela se manifestam e se funcionalizam.

Fernando Pessoa parece não conferir muita consistência literal ao conteúdo dos seus mitos poeticamente (ou mitopoeticamente) recriados, a menos que da literariedade desses mitos seja abstraída a sua função arquetípica, como parece ser o caso do «Mito do Eterno Retorno», que configuraria as três categorias simbólicas das três partes básicas da **Mensagem**: nascimento, vida e morte, cuja ciclicidade ficaria restrita ao advento ou apocalíptico retorno da primeira fase da cadeia, mas isso ainda profeticamente. Isto posto, dado o processo de espiritualização do mito pessoano, esse não se cumpre numa escatologia histórica dos tempos, não se momentaliza uma evidência ideológica-pragmática, e sim, apenas se representa numa escatologia esotérica. E nesse caso, antes de ser a teofania pagã ou cristã, é a teofania ocultista que se encontra na idéia geradora da grande mística do «Supremo Arquitecto»: concepção prepotenciária de algumas religiões ocultas.

Com essa idéia, a obra foi estruturada numa cronologia histórica que reproduz o nascimento, a plenitude, o declínio e um novo nascimento. Só que essa arquetípa, conforme foi dito anteriormente, não está completa no seu sentido natural, porque o renascimento para Fernando Pessoa não se cumprirá num plano natural, mas sim sobrenatural. Depois do período áureo da Renascença Portuguesa do século XVI, tudo deveria reiniciar a partir da decadência do Império, decadência essa configurada na história política da derrota e morte de D. Sebastião. Só que essa nova ascendência portuguesa assume para Fernando Pessoa uma conotação monárquica cheia de utopismo e anacronismo (dada a formação filosófico-política do poeta), numa manifesta reação anti-republicana, anti-democrática burguesa, que foi capaz de ver (por ocasião da revolução de Sidónio Pais e da Ditadura Militar) a nova figura do «Presidente-Rei» num plano divinizado, em consonância com as suas premonições da Ordem do Oculto. O plano histórico da **Mensagem**, dentro das coordenadas dessa cosmovisão, apresenta-se em uma forma simbólica tripartida.

A **Primeira Parte** é estruturada, emblematicamente, segundo a heráldica do **Brasão português: Os Campos, Os Castellos, As Quinas, A Coroa e O Timbre**; que, dentro da concepção arquetípica cíclica do «Eterno Retorno», representa o «Mito da Primavera» (ou «Mito da Comédia») que Northrop Frye identifica a «Comédia»: é a fase da criação juvenil da história dos fundadores e consolidação da Nação; enfim, o nascimento da nacionalidade lusa.

A **Segunda Parte** compõe-se dos poemas de **Mar Portugal** e

representa a visitação e realização da vida, o fim das energias latentes e a morte ou declínio. Representaria, ainda dentro das concepções de Frye, as arquétipias do Verão e do Outono.

A **Terceira Parte**, representada pelo ciclo de poemas de **O Encoberto** (com **Os Symbolos**, **Os Avisos** e **Os Tempos**) traz (ainda como extensão do declínio da **Segunda Parte**) o fim da Nação, sua desintegração, mas toda ela cheia de avisos, prenhe de pressentimentos, de forças latentes prestes a virem à luz. Depois desse Outono trágico, expresso pela **Noite** e **Tormenta**, vêm a **Calma** e a **Antemanhã**: anseios profético-adventícios do paraíso renascido, da espera do Messias. A salvação, ainda para o Ocultismo da **Mensagem**, se configura nos resquícios do pensamento cabalístico: nostalgia e expectativa, bases essenciais história como teofania:

E assim nestas duas procuras, nesta sede de salvação para a pátria, tal como para o poeta, o sentimento que as acompanhava será sempre o mesmo: esta nostalgia, como a memória da terra perdida, chamada «O Outro Lado», ou «A Nova Terra» e os «Novos Céus», pela voz do poeta. Pois que a saudade é uma recordação, mas também uma expectativa: tal foi sempre nessa alma ancestral celta que não conhece oposição real entre o passado e o presente.⁶

É nesta nostalgia, no seu aspecto ambivalente de ligação à pátria (terrestre e celeste), e de irresistível fuga para o longe, para a aventura, o sentimento que perpassa toda a vida, ou história da nação; é o que informa o seu futuro.⁷

Tal é a «Renascença Portuguesa», tal como a desejava Fernando Pessoa. «Aí ela aparece» [a saudade-nostalgia] como «elemento de dinamização coletiva... a estimular o surto do progresso tanto material como espiritual do País.»⁸

É sob essa atmosfera de saudade-nostalgia/expectação, em que nacionalidade e esoterismo congeminam a aproximação das pátrias terrestre e espiritual, que Fernando Pessoa constrói a simbologia da **Mensagem**. Ao *illo tempore* mítico e espiritual se casa o *illo tempore* histórico e nacional, em que o dinamizador elemento da saudade-nostalgia agencializa a temporalidade dos motivos passado-futuro, retorno e expectativa, trazendo para o seio da **Mensagem** a palavra final, profética, da salvação, nas tónicas de um nacionalismo mítico e/ou místico e de um esoterismo espiritual. (Isso ao ponto de supor que a salvação e redenção do espírito e do poeta equivaleriam à própria salvação da Nação.)

E a espera messiânica de salvação, isotopicamente equiparada nas esferas internas da obra, traria para o seu bojo a concepção pessoana do Quinto Império ou reino da espiritualidade, pois não seria senão cultural, dos valores do espírito da lusitanidade, esse novo domínio de Portugal; profecia essa de uma possível recorrência bíblica, com

manchas motivacionais mesmo no sonho profético de Nabucodonosor, adivinhado por Daniel, o profeta. E somente uma espiritualidade, como a que demonstrou Portugal no século áureo de sua expansão (século XVI), poderia, agora renascida, governar o mundo, não mais na esfera histórico-material, mas acima de tudo espiritual. Essa é a visão romântico-simbólica, da teofania nacionalista, de Fernando Pessoa.

Adentrando-se à simbologia mais densa dos poemas da **Mensagem**, podemos dizer (conforme já se sugeriu anteriormente) que a escatologia histórica de Portugal é uma planificação tríptica e deve culminar na História Universal com a visão dos tempos: a concepção do Quinto Império segundo o Manual Rosacruz; esse Quinto Império que corresponderia à quinta dimensão espiritual, aquela que está além dos Quatro Elementos naturais, num nível superior, cósmico, na dimensão da realização plena do ser absoluto.

A **Primeira Parte** do poema é intitulada **Brasão**, subdividida em cinco partes:

I — Os Campos, com os poemas: **O Dos Castellos, O Das Quinas;**

II — Os Castellos, composta por: **Ulysses, Viriato, O Conde D. Henrique, D. Tareja, D. Affonso Henriques, D. Diniz, D. João o Primeiro, D. Philippa de Lencastre;**

III — As Quinas, composta por: **D. Duarte, Rei de Portugal; D. Fernando, Infante de Portugal; D. Pedro, Regente de Portugal; D. João, Infante de Portugal; D. Sebastião, Rei de Portugal;**

IV — A Coroa, composta pelo poema: **Nunalvares Pereira;**

V — O Timbre, composta por: **A Cabeça do Grypho / O Infante D. Henrique, Uma Asa do Grypho / D. João o Segundo, A Outra Asa do Grypho / Affonso de Albuquerque.**

A **Segunda Parte** do poema é intitulada **Mar Portuguez**, com os seguintes poemas: **O Infante, Horizonte, Padrão, O Mostrengo, Epitaphio de Bartolomeu Dias, Os Colombos, Occidente, Fernão de Magalhães, Ascensão de Vasco da Gama, Mar Portuguez, A Última Nau, Prece.**

A **Terceira e última Parte** do poema intitula-se: **O Encoberto**, subdividida em três partes:

I — Os Symbolos, com os poemas: **D. Sebastião, O Quinto Império, O Desejado, As Ilhas Afortunadas, O Encoberto;**

II — Os Avisos, com os poemas: **O Bandarra, Antônio Vieira, «Screvo meu livro à beira-magua»;**

III — Os Tempos, com os poemas: **Noite, Tormenta, Calma, Antemanhã e Nevoeiro.**

A **Primeira Parte da Mensagem** é uma verdadeira heráldica simbólica, cujo plano principal é revelar, desde os primórdios, a formação moral e histórica, horoscopicamente espiritual, da nacionalidade lusa (através dos seus pilares heróicos-lendários e/ou históricos), até o período do seu apogeu quinhentista-renascentista (século XVI). Na primeira subdivisão — **Os Campos** — o poeta simboliza, metaforicamente, no poema **O Dos Castellos**, a posição geográfica do continente europeu, com a localização proeminente, istmica, de Portugal. A simbologia, aqui, se cifra num simile esfíngico, que traduz a ancestralidade e o enigma do tempo. Essa ancestralidade é arquetipicamente dada pela simbologia da visão polar-latitudinal: os pólos do Oriente e do Ocidente (linha secante-horizontal do *axis mundi*, ou seja, a intersecção existencial (vida-morte, principio-fim) da Vida, a dimensão relativa do absoluto *illo tempore* vertical, isso, ainda mais, pela lembrança da Civilização Grega: «De Oriente a Ocidente jaz, fitando, / E toldam-lhe românticos cabellos / Olhos gregos, lembrando.»⁹ É, também, entremostrada a missão histórica, fatal e fáustica de Portugal: «Fita, com o olhar sphýngico e fatal, / O Occidente, futuro do passado. / O rosto com que fita é Portugal.» (p. 5) A partir desse primeiro poema da **Mensagem**, o recurso à emblemática torna-se um dos motivos recorrentes em toda a sua linguagem poética. No poema **O Das Quinas**, nota-se uma síntese do desenrolar dramático das composições de **As Quinas** (III parte do **Brasão**), em que o poeta alude ao fado dos «caprichos» desígnios divinos: o princípio da interdição ou contravenção mitológica, deixando entrever aspectos do «Rito de Passagem», sucedâneo do sacrifício entronizador: «Os Deuses vendem quando dão. / Compra-se a glória com desgraça.» (p. 5) A unção ao Sagrado, acima da Natureza, faz-se pelo cumprimento trágico da missão. Aqui já perpassa a atmosfera do resultante messianismo divinatório que tomará toda a obra. Os dois poemas da parte I do **Brasão** — **Os Campos** — são uma espécie de poemas-síntese ou *leitmotives* do que vai se informar mais adiante na obra, pelo menos com relação à aproximação do poema **O Das Quinas** ao poema **As Quinas**. **Os Castellos** (parte II do **Brasão**) é composto por sete poemas (o sétimo é desmembrado) e estão dentro do plano de uma configuração simbólica da História de Portugal: obedecem a uma ordenação cronológica consoante à História da Nação e carregam-se de um simbolismo mítico-lendário (**Ulysses**), proto-histórico (**Viriato**) e histórico (**O Conde D. Henrique** e seguintes). Representam essas personagens o verdadeiro esteio da nação na sua formação de caráter e feitos, através de sua função messiânico-reveladora (enviados de Deus) principalmente, pois, dos sete poemas, pelo menos em cinco aparece o sentimento religioso gnosticamente expresso. E é sempre a mesma tônica que comparece: o fado de revelação e desígnios divinos: «Deus é o agente. / O heroe a si assiste, vario / E inconsciente.» (in **O Conde D. Henrique**, p. 6); «O que, imprevisto, Deus fadou.» (in **D. Tareja**, p. 7); «O Homem e a hora são um só / Quando Deus faz e a História é feita.» (in **D. João o Primeiro**, p. 8). Se nos poemas **D. Affonso Henriques** e **D. Phillipa de Lencastre** não aparece literal-

mente a palavra **Deus**, há, entretanto, referências indiretas à Sua intervenção providencialista e sagrada: «A benção como espada, / A espada como benção!» (in **D. Affonso Henriques**, p. 7), «Que archanjo teus sonhos veio / Vellar, maternos, um dia?» (in **D. Phillipa de Lencastre**, p. 8). Somente em **Viriato** e **D. Diniz** parece não haver essa mística religiosa, mas há que, sobretudo, considerar o motivo do transcendente premonitório nesses poemas, com a imagem do «Império» em **D. Diniz** e do «instinto» absoluto em **Viriato**. Já, em **Ulysses**, comparece uma verdadeira mística da Criação, num fusionismo do místico e o mítico, em que a figura de Deus é o mito da criação inconsciente: «O mytho é o nada que é tudo». (p. 6), onde o teísmo gnóstico se confunde com a mitologia clássica: «O mesmo sol [Apolo?] que abre os céus / É um mytho brilhante e mudo — / O corpo morto de Deus [Cristo?], Vivo e desnudo.» (p. 6). O poema é uma mancha temática crepuscular da visão de que se orientarão, mais adiante, os poemas da **Mensagem**: o profundo sentimento divino que caracterizará a realidade histórica, como que se o poeta quisesse dar a entender que a monarquia ou regiocentrismo era uma inspiração teosófica, do Eterno que, por isso mesmo, nunca deveria desaparecer.

Outro aspecto importante desses poemas é a metaforização simbólica, imagética, da História, de um profundo lirismo dramático, em que as referências ao dado real se perdem na bruma da alusão velada, poeticamente construída. Assim, **Viriato**, primevo herói lusitano, na origem da raça, é apresentado como «Memória em nós do instinto teu.» [i.e. **Viriato**] / Nação porque reincarnaste.» «haste», «fria / Luz que precede a madrugada», «antemanhã». (p. 6) O Conde **D. Henrique** é apresentado, dentro desse mesmo plano, como o fundador do Reino, da nacionalidade, através de motivos bélicos da gesta arturiana, servindo para situar a origem épica da fundação do Condado Portucalense: «A espada em tuas mãos achada / Teu olhar desce.» / Que farei eu com esta espada? / Ergueste-a, e fez-se.» (p. 6)

D. Tareja é vista poeticamente como «mãe de reis e avó de impérios» (p. 7); mostrando-se sua ancestralidade na formação da raça; e mesmo a rebelião de seu filho, **D. Affonso Henriques**, na Batalha de São Mamede, é vista através da invocação da voz poética que apela, apesar da história, para uma consideração de maternal simpatia e perdão reconhecido. Ao desengano junta-se a esperança de uma reconciliação pródiga, pois «O Homem que ... Envelheceu», pede o poeta a **D. Tareja** que «No antigo seio, vigilante, / De novo o cria!» (p. 7)

D. Affonso Henriques, o grande consolidador dos primeiros movimentos do Reino, metaforiza-se sob a figura de «pai» e «cavaleiro» (para lembrar sua «força», contra os «infiéis» muçulmanos, nas lutas cristãs da reconquista). Os versos «A benção como espada, / A espada como benção!» (p. 7), além dos resquícios de um messianismo arturiano, servem ainda ao messianismo sebástico, pois o escudo e espada de **D. Affonso Henriques** foram levados como estandartes (troféus de vitória) por **D. Sebastião** para Alcácer-Quibir.

D. Diniz talvez seja o poema que, em termos de circunstancialidade e recorrência mística, menos se expresse na simbologia desses motivos, embora perpassa por todo ele uma certa aura premonitória. No tocante à simbologia histórica essa pode ser notada em: «Na noite escreve um seu Cantar de Amigo» (p. 7); em que «noite» pode significar o Período Medieval, historicamente assim convencionado; imagem essa que é significativamente reforçada pela referência «Cantar de Amigo»: aqui trate-se, evidentemente, do Rei Trovador, epíteto pelo qual é reconhecido o rei. Em «O plantador de naus a haver» e «É o rumor dos pinhaes que, como um trigo / De Império, ondulam sem se poder ver.» (p. 7), e em toda a estrofe seguinte faz-se, metaforicamente, uma alusão à empresa navegatória lusa da qual esse soberano foi o substrato ideal; empresa essa que traria, mais tarde, o apogeu do desenvolvimento econômico da Nação (Cf. a metáfora «pinhaes» (= embarcações) com a imagem «trigo de Império» (= apogeu econômico), intimamente relacionadas. E mais ainda: o «rumor dos pinhaes» = «arroio» (terra) que busca o navegatório = «mar futuro»). **D. Diniz** reúne a imagem do desenvolvimento cultural e econômico da época (lírica e épica reunidas), com amplos reflexos na época futura. Portanto, a imagem «pinhaes» tem tríplice carga semântica: referência bucólica à cantiga trovadoresca, empresa navegatória e desenvolvimento econômico.

D. João o Primeiro tem a sua circunstancialidade histórica altamente metaforizada dentro de uma visão e desígnio providencialista. A revolução (de adesão popular) que apóia **D. João** na sua eleição a Rei (1383-1385), embora sendo filho natural, não sucessor por direito legal ao trono, é entrevista nos seguintes versos: «O Homem e a hora são um só / Quando Deus faz e a história é feita»; «Mestre sem o saber» e «Teu nome, eleito em sua fama». p. 8) Outras referências: «Mestre» (referência a Mestre de Avis) e as imagens «Templo / Que Portugal foi feito ser, / Que houveste a glória / e deste o exemplo / De o defender». (p. 8), tais são as que possivelmente são feitas à luta que **D. João** promoveu contra a degenerescência moral pivotizada em **D. Leonor** e sua «promiscuidade»; sendo o novel soberano, por causa do seu zelo de caráter, eleito defensor o regedor do Reino, afastando a «sombra eterna.» (p. 8).

D. Philippa de Lencastre forma com **D. João o Primeiro** um díptico. Sua simbologia, de referencialidade histórica, é revelada nos seguintes versos: «Que enigma havia em teu seio / Que só gênios concebia?» (p. 8); referência à inclita geração de um sucessor real e infantes: **D. Duarte**, **D. Pedro**, **D. Henrique**, **D. Fernando** e **D. João**. Na referência «Princesa do Santo Graal», há uma alusão figurada às personagens, seus filhos (exceto **D. Sebastião**) de **As Quinas**, figuras essas fadadas, de um ou outro modo, ao sacrifício, com a morte por vezes (como no caso de **D. Fernando**), em prol do zelo religioso e da expansão e conquista da fé aos infiéis, numa verdadeira peregrinação (como a dos ciclos do Graal). Há, ainda, uma referência, circunstancializada historicamente, ao fato de **D. Filipa de Lencastre** ser da Inglaterra, repetindo-se o motivo da Demanda, no solo bretão, com o ciclo dos Palmerins.

A III parte de **Brasão** é intitulada **As Quinas**. É composta de cinco poemas a saber: **D. Duarte, Rei de Portugal**; **D. Fernando, Infante de Portugal**; **D. Pedro, Regente de Portugal**; **D. João, Infante de Portugal** e **D. Sebastião, Rei de Portugal**. Todas essas personagens pertencem à ínclita geração (filhos de D. João I e de D. Felipa de Lancastre), com exceção de D. Sebastião que era neto de D. João III. É convenção simbólica-histórica representar as quinas do brasão português como sendo as cinco chagas do martírio de Cristo. É devido a essa aproximação mística que, de maneira geral, as personagens de **As Quinas**, na **Mensagem**, representam o sacrifício e, por vezes, o próprio martírio (como acontece com D. Fernando, D. João e D. Sebastião) em defesa da fé cristã na conquista dos infiéis. Em todos os poemas de **As Quinas** perpassa a mesma atmosfera do designio divino já apresentado em **Os Castellos**: «Meu dever fez-me, como Deus, ao mundo.» (in **D. Duarte, Rei de Portugal**, p. 8); «Deu-me Deus o seu gládio, porque eu faça / A sua santa guerra.» (in **D. Fernando, Infante de Portugal**, p. 8); «Tudo mais é com Deus!» (in **D. Pedro, Regente de Portugal**, p. 9).

Adentremos, entretanto, à simbologia de referência histórica que Fernando Pessoa poemistifica.

D. Duarte, Rei de Portugal, nesse sentido, tem sua simbologia compreendida nos seguintes versos: «Meu dever fez-me, como Deus ao mundo. / A regra de ser Rei almou meu ser, / Em dia e letra escrupuloso e fundo.» (p. 8) Isto parece sugerir o caráter pouco afoito de D. Duarte para com o dever de ser governante da Nação que lhe coubera por direito legal de sucessão. Tal indisposição parece ser comprovada pela sua visível indecisão que a história lhe definiu o modo de ser, ocasionando os sucessivos e freqüentes malogros em empresas bélicas. Tornara-se um rei contra o destino: «Cumprí contra o Destino o meu dever.» (p. 8))

D. Fernando, Infante de Portugal, poema que originariamente trouxe o nome **Gládio**, é a mais remota concepção pessoana de sentido nacionalista (julho de 1913).

Originariamente de sentido subjetivo, a composição **Gládio** destinava-se a um livro que teria por título este mesmo vocábulo bíblico... Só muito mais tarde, em 1934, esta mesma poesia ligeiramente alternada, havia de vir a ser convertida na composição que na **Mensagem** é a segunda quina — **D. Fernando, Infante de Portugal**.¹⁰

Nesse poema há referência simbólica em «Sagrou-me seu [i.e. de Deus] em honra e em desgraça» (p. 8); alusão ao fim trágico da personagem histórica e ao seu martírio, quando, refém de guerra em Tânger (conquista da África), morre no cativo em Fez. D. Fernando pode ser considerado, nesse sentido, o símbolo da Guerra Santa, o mártir predestinado: «Deu-me Deus o seu gladio, porque eu faça / A sua santa guerra.» (p. 8) Por tal razão é reconhecido como o Infante

Santo, verdadeiramente ungido do Divino ao sacrifício: «Poz-me as mãos sobre os ombros e doirou-me / A fronte com o olhar» (p. 9), quer dizer, aureolou-o.

D. Pedro, Regente de Portugal é uma verdadeira caracterologia histórica da personagem, com referências ao seu modo de pensar, sentir, querer e proceder. A referência «Fiel à palavra dada e à idéia tida» poderia nos remeter a todo o relacionamento histórico que D. Pedro teria com D. João, seu irmão, quando das rebeliões de 1438-1441 e 1449, que lhe deram, respectivamente, a regência do Reino (D. Pedro insurgia-se contra a regência de D. Leonor de Aragão, rainha-mãe de Afonso V, filho menor, eleito rei por ocasião da morte do rei D. Duarte) e a morte na Batalha de Alfarrobeira, quando forçado, pegou as armas contra seu rei, que atingira a maioridade.

D. João, Infante de Portugal simboliza bem a posição do infante no sistema de governo regiocêntrico da primogenitura: «Não fui alguém. Minha alma estava estreita / Entre tam grandes almas minhas pares.» (p. 9) Simboliza, também, vis-à-vis aquele sistema regiocêntrico da primogenitura, um importante traço da antropologia caracterológica da índole portuguesa: o seu radicalismo no conceito absolutista de poder e posse, melhor definidos como arrojo e indolência: «O inteiro mar, ou a orla vã desfeita — / O todo, ou o seu nada.» (p. 9)

D. Sebastião, Rei de Portugal é o único poema anacrônico (com relação ao tempo da história cronologizada nas outras figuras) no conjunto de *As Quinas*. É tratado, no bojo da figura que o encarna, como o símbolo apologético da grande aventura intuitiva da alma humana, do grande arrojo de ser num átimo de vontade impulsiva, muito próxima do irracional instintivo e fanático, afastada do senso comum que bestializa a alma. Essa loucura demoníaca que diviniza é dada pelo prometeico espírito de arrebatação auto-superadora e pelo desafio da Sorte («porque quiz grandeza / Qual a Sorte não a dá.» p. 9): componencial participador da própria natureza e essência do mito da suficiência humana no seu processo de desocultar, entender e dominar o Universo. O verso «Ficou meu ser que houve, não o que ha» (p. 9) logogrifa o processo de mitificação sebástico-messiânica que se intensificará com o correr do livro. A par disso, a referencialidade histórica se simboliza em «Porisso onde o areal está» (p. 9): referência à batalha mais desastrosa da história do Império português (e, por extensão figurada, da história da sua espiritualidade), em que sucumbiu o visionário D. Sebastião juntamente com a nata da fidalguia e do exército nacional, num montante de quase sete mil guerreiros. É a Batalha de Alcácer-Quibir. D. Sebastião caldeia, prototipicamente, o espírito mítico do investidor contra a Sorte, de grandeza e idealismo, *primum mobile* representado da atávica tendência junguiana do «fazer-se valer», do homem no utopismo mítico de grandeza. Esse é o substrato arquetípico, que preside a razões mais aparentes, da práxis actancial: defesa da fé religiosa, poderio econômico e prepotência política. É esse visionarismo mítico, muito próximo da loucura divino-transcendentilizante, (a mística do processo) que faz crer que «Sem a loucura que

é o homem / Mais que a besta sadia, / Cadaver adiado que procria?» (p. 10). Tal é o mesmo pensamento que repassa no poema **D. João o Primeiro**: «O homem e a hora são um só / Quando Deus faz e a história é feita. / O mais é carne, cujo pó / A terra espreita.» (p. 8). Quer dizer: ao homem que não age, que não interage pela sua vontade conformadora, só lhe resta cumprir-se na contemporização do destino material de sua finitude.

De modo geral, podemos adiantar que nos poemas de **Brasão** (principalmente nos até agora analisados) realiza-se, como motivo poético recorrente, o sentido prepotenciário dos desígnios divinos, centrados principalmente na predestinação vis-à-vis certos momentos da simbologia místico-arturiana: o princípio medieval teocêntrico do *vicarius dei* que poderia, ainda num outro plano da cosmovisão poética do autor — o Ocultismo —, equiparar-se à concepção iniciática das ordenações do Grão-Cavaleiro ou Grão-Senhor, num dimensionalismo puramente espiritual e/ou esotérico.

Outro ponto importante, ainda relacionado aos pressupostos acima aventados, é o fato de que, principalmente em **As Quinas**, comparece a manifestação de um recurso formal-poemático que é a voz poética em primeira pessoa (enquanto que nos poemas de **Os Campos** e **Os Castellos**, tal voz poética assume os recursos narratológicos em terceira pessoa, com a predominância de um tom narrativo e apostrofante). Correria tal confessionalismo de **As Quinas** por conta do iniciático e, por isso mesmo, casar-se-ia tal recurso formal à intenção de nesses poemas pessoalizar as personagens, conferindo-lhes dramaticidade? E a simbologia das quinas (= cinco chagas) não estaria, nesse sentido, emancipada? Portugal, assim pessoalizado, não seria o propugnador da fé pelo sacrifício, recorrendo-se à imagem crística? O fusionismo desses conteúdos parece ser mesmo um dos pontos mais densos da hermenêutica da **Mensagem**.

A IV parte do **Brasão** — **A Coroa** — é composta por um único poema **Nunalvares Pereira**. É extremamente simbólica a escolha dessa personagem para compor uma das partes mais significativas do **Brasão**. A exemplo da camoniana galeria dos vultos históricos recontados em **Os Lusíadas**, Nuno Alvares Pereira recebe, na **Mensagem**, uma categoria de destaque. Ainda é a tônica de grandeza e inteireza moral que preside a configuração caracterológica da personagem: valentia e destemor, lealdade e honradez, justiça e glória, que aproximam a espada do Condestável à Excalibur, «a ungida, / que o Rei Arthur te deu.» (p. 10) Aqui o poeta estende e completa a metaforização: compara D. João (que escolhera D. Nuno Alvares Pereira para o cargo de «condestável») com o Rei Arthur, numa verdadeira sagração de cavaleiro, tal como na Távola Redonda. Fatos da biografia histórica do fidalgo comprovam a sua piedade e desejo de imitar os cavaleiros da lenda arturiana. Iniciatismo e esoterismo são o reverso da medalha assim polivalentizada.

A V parte do **Brasão — O Timbre** — é composta de três poemas-ícones ou emblemáticos: **A Cabeça do Grypho / O Infante D. Henrique, Uma Asa do Grypho / D. João o Segundo e A Outra Asa do Grypho / Affonso Albuquerque**. O grifo é uma figura de concepção mítico-simbólica; figura alada que representa, num princípio positivo, a virilidade e energia vital. Misto de serpente e asas, à semelhança do dragão voador, representa (ainda num princípio positivo) a força instintiva viril (em muitas mitologias identificada ao fálico libidinoso, fonte de energias) alçada (canalizada) a propósitos elevados (daí a presença do elemento alado). Não é, portanto, gratuito que **D. Henrique, D. João o Segundo e D. Affonso de Albuquerque**, grande idealizador o primeiro, grandes conquistadores os outros, tenham sido os escolhidos para encarnar essa figura mitológica. D. Henrique fora o grande mentor intelectual da pioneira ciência da navegação marítima portuguesa do século XVI, com os seus estudos de aplicação da astronomia à ciência náutica em Portugal: «Em seu throno [referência, talvez, ao promontório de Sagres] entre o brilho das esferas, / com seu manto de noite e solidão, / Tem aos pés o mar novo e as mortas eras... O globo mundo em sua mão.» (p. 10) — referência, talvez, à cartografia portulana de que D. Henrique e os estudiosos de Sagres foram mestres.

Uma Asa do Grypho / D. João o Segundo, dentro do plano épico-expansionista acima referido, refere-se ao reinado profícuo do soberano, principalmente à sua política de expansão territorial a ser realizada pelos descobrimentos e conquistas ultramarinas: continua a obra do Infante D. Henrique, prossegue na exploração da costa africana com Diogo Cão e Bartolomeu Dias. É responsável pela introdução do Absolutismo em Portugal, referência, talvez, poetizada pelos seguintes versos: «Braços cruzados, fita além do mar. / Parece em promotório uma alta serra... Seu formidável vulto solitário / Enche de estar presente o mar e o céu / E parece temer o mundo vário / Que elle abra os braços e lhe rasgue o véu.» (pp. 10-11). A primeira estrofe do poema é toda ela dedicada à obra expansionista do rei: «O limite da terra a dominar / O mar que possa haver além da terra.» (p. 10)

A Outra Asa do Grypho / Affonso de Albuquerque continua a mesma idéia de expansão e conquista de além-mar: «De pé, sobre os países conquistados» (p. 11). O verso «Trez impérios do chão lhe a Sorte apanha» (p. 11) refere-se, talvez, aos seus planos de governação (fora Vice-rei nas Índias), valor militar e conhecimento da geografia econômica daquele país.

Com esse poema finda-se a **Primeira Parte da Mensagem**, em que, simbolicamente, são trazidas as principais referências ao caráter do ciclo (e seus responsáveis) de formação e princípios da vida desenvolvimentista da Nação na descoberta e ocupação do Ocidente e do Oriente. É uma preparação, ou já contém em si coordenadas do apogeu civilizacional de Portugal. Com as personagens-alegoria do **Brasão** estaria a índole racial do povo português, que se transforma, em Fernando Pessoa, nos rasgos de uma antropologia cultural de forte

sentimento místico, substrato do seu messianismo nacionalista, do mito esotérico e ocultista do Quinto Império, a reivindicar, daqui para frente, o eterno retorno da missão do desempenho passado da raça no panorama da História Universal.

A Segunda Parte do livro é intitulada **Mar Portuguez**, e com exceção do **Epitaphio de Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães. O Infante e Ascensão de Vasco da Gama**, não são os poemas que a compõem verdadeiras titulações de personalidades históricas (ainda que das suas biografias compareça mais o conteúdo espiritualizante), como fora o caso dos poemas encerrados em **Brasão**.

O Infante é ainda uma referência ao Infante D. Henrique, mentor intelectual das descobertas. Perpassa no poema uma religiosidade encomiástica, com o mesmo tom de predestinação divina que comparece nos poemas da **Primeira Parte**: «Deus quiz que a terra fosse toda uma, / Que o mar unisse, já não separasse. / Sagrou-te, e foste desvendando a espuma» (p. 12). Os versos «Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / Senhor, falta comprir-se Portugal!» (p. 12) presagiam, dentro do esquema do livro (ascendência, apogeu e declínio), a premonitória decadência do Império e o grito de desespero profético-messiânico para um apelo de recomeço, renascimento de uma nova era de primazia e plenitude nacional. É interessante notar que esse clamor final tenha vindo integrar o poema que pretende atribuir ao Infante a grande responsabilidade pelo programa de expansão nacional, principalmente pelo seu pioneirismo. Queria o poeta louvar o grande feito do Infante, fracassado nos seus continuadores, ou lembrar a efemeridade do «programa» que, por falta de descortínio suficiente, só teria mesmo que perecer por disfunção e involução? Ou seriam as contradições (dentro do iniciatismo ocultista) as provações inerentes ao destino da existência em sua ascense de melhoras dimensionais?

O poema **Horizonte** é uma das composições que refletem grandemente a tônica ocultista da **Mensagem**. É uma verdadeira apologia do mar, metaforizado como símbolo na trilha do horizonte, perspectiva direcional ao Absoluto. Manifesta a mesma nostalgia do espírito português pelas terras distantes, reminiscências de um passado isotopicamente futurizado dentro das concepções essencialistas de realização de plenitudes. Trafega da disposição psico-social-histórica-circunstancial para planos elevados de superioridade espiritual, dimensionada pelo esoterismo e/ou ocultismo: é a peregrinação da alma mística em busca do Longe, do Absoluto, da plena realização intemporal do ser que «Desvendadas a noite e a cerração, / As tormentas passadas e o mysterio, / Abria em flor o Longe, e o Sul siderio / Splendia sobre as naus da iniciação.» (p. 12) O poema é uma consentida sucessão de símbolos ocultos para construção da sugestão de uma espécie de paraíso nirvânico-búdico na transubstanciação panteísta de elementos naturais. Nesse sentido, a palavra «iniciação» é de direção unívoca ao sentido de nossa explicação. A segunda estrofe do poema (dentro do plano geral do livro) é o prenúncio ou mancha temática do sentimento das **Ilhas Afortunadas** (quarto poema de **Os Symbolos da Terceira**

Parte da Mensagem — O Encoberto —), sentimento esse que se tematiza na esperança redentora *post mortem*. O poeta visiona as correspondências do sentimento nostálgico do ser português abstraído do sentimento espiritual de realização profunda e vertical do Ser em busca da «terra prometida», verdadeira pátria superior do espírito. Tudo isto, dentro do plano próprio da visão ocultista-iniciática de Fernando Pessoa, é próprio para a consecução dos fins de jornada de plenitude: «Os beijos da Verdade» devem supor a passagem por diversos planos da existência anímica, desvendar a «noite e cerração, / As tormentas passadas e o mysterio», superando «as fôrmas invisíveis / Da distancia imprecisa». (in *Horizonte*, p. 12)

Padrão reproduz o mesmo sentimento de *Horizonte*. Se nesse o «Horizonte», o «Longe» e o «Sul Sidério» são prometidos pelo esforço de busca com «Movimentos da esperança e da vontade», naquele, é esse mesmo esforço colocado numa perspectiva dialética: «O esforço é grande e o homem é pequeno.», «A alma é divina e imperfeita.» (p. 13); e a esperança e a vontade do «Longe» só encontrará a alma em Deus: «Só encontrará de Deus na eterna calma / O porto sempre por achar.» (p. 13) Mas o que de ocultismo esses versos podem trazer da concepção do poeta é que Deus não é simplesmente a meta final. Isto quer dizer que a alma é um processo cósmico em permanente evolução para planos cada vez mais superiores. A teogonia de Fernando Pessoa, nesse sentido, ultrapassa os limites de uma mística religiosa para se tornar, cada vez mais, metafísica, no plano de que Deus, esse Ser superior, seria apenas o grande arquiteto dos cosmos. Fernando Pessoa só poderia mesmo crer, assim interpretado, em outras vidas, em outros universos dimensionados, enfim, em outros «portos».

O Mostrengo coloca o plano da suficiência anímica (anteriormente endereçada) nos seus antípodas. Parece ter o mesmo tom dialógico e a mesma atmosfera terrífico-fantástica do poema de Poe. *The Raven*: influências de tradição literária do poeta na África do Sul? Ou da própria lusitanidade camoniana adamastorina? O fato é que o motivo medusante do «Desconhecido» ressoa como princípio clássico da (in)suficiência mítica da gnose humana: fraqueza, impotência e limitação humanas, que se tendem a superar, são as coordenadas desse sentimento. A «beleza» gorgônea, que fascina pelo poder e domínio, reside nas premissas do mistério e da distância, portanto, do sonho: limite da insuficiência sublimada e auto-compensadora. Grotesca é a imagem porque irracional, não conhecida da consciência que, não podendo dar-lhe forma (e dar forma é já dominar), torna-a de uma imaginação disforme. O Mostrengo, que pode ser comparado ao Adamastor pela tônica do Desconhecido, é um monstro perigoso a desafiar a segurança consciente do conhecido e/ou conhecimento. No poema, de tom refrânico-cabalístico: «Voou trez vezes a chiar». «Trez vezes rodou inundo e grosso» etc. (p. 13), o motivo ulissiaco das sereias ainda é uma recorrência mitológica que chega, como no navegador de Itaca, a polarizar duas forças épicas, com o motivo

comum da viagem de conquistas: EL-Rei D. João Segundo (o propugnador das empresas navegatórias ultramarinas) e o Mostrengo. No processo de interação de mais valia, ainda é o caráter de finalidade e lealdade, o «quest» épico, sentimento de raiz do povo português, que participa dos princípios de sua formação e índole rácica.

Epitaphio a Bartolomeu Dias transita imagística expressa em **O Mostrengo**: «O Mostrengo que está no fim do mar» (p. 13), emancipa-se na referencialidade histórica do navegador. Os versos «Jaz aqui, na pequena praia extrema, / O Capitão do Fim.» (p. 14) referem-se ao Cabo no extremo do Continente Africano e ao naufrágio, vítima do qual morreu o mesmo navegador, tempos depois, ao dobrar o promontório que circunavegara.

Os Colombos referem-se aos navegadores que se empenharam nas descobertas marítimas que não os portugueses. O poeta assume aqui um ufanismo eivado de mística predestinada ao gênio português, elaborando os seguintes versos: «Mas o que a eles não toca / É a magia que evoca / O Longe e faz d'elle história.» (p. 14) Tal é o ufanismo espiritual que o poema confere.

O poema **Occidente** continua o mesmo tom exaltatório e ufanista dos tempos da «ação» e «revelação» do português. Os versos «Com duas mãos — o Acto e o Destino — / Devendámos. No mesmo / gesto, ao céu / Uma ergue o facho trêmulo e divino [revelação] / E a outra afasta o véu.» [ação] (p. 14) são muito semelhantes à idéia contida no verso de **D. João o Primeiro**: «O homem e a hora são um só / Quando Deus faz e a história é feita.» (p. 8) Fica a idéia de que o homem e sua missão (o português aquele e a portuguesa essa) são uma progressão da vontade e designio divino, numa visível predestinação: «Foi Deus a alma e o corpo Portugal / Da mão que o conduziu.» (p. 14) Esse mesmo tom de «ação» e «revelação» persiste nos seguintes poemas: **Fernão de Magalhães** e **Ascensão de Vasco da Gama**. O metaforismo é o processo da animização (mitificação) dos elementos naturais.

Mar Portuguez retoma (a exemplo de vezes anteriores), através do tema da separação, da saudade e do sacrifício que enaltecem e dignificam em espiritualidade, os feitos do homem. Participa do mesmo tom filosófico-interrogativo que Fernando Pessoa emprega para interrogar sobre causas, fins, razões e valores superiores no plano da existência humana: «Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena.» (in **Mar Portuguez**, p. 16); «Sem a loucura que é o homem / Mais que a besta sadia, / Cadaver addiado que procria?» (in **D. Sebastião, Rei de Portugal**, p. 10); «Cumprí contra o Destino o meu dever. / Inutilmente? Não, porque o cumprí.» (in **D. Duarte, Rei de Portugal**, p. 8). Nesses poemas o poeta coloca as interrogações num sentido ético superior porque espiritual.

A **Ultima Nau** consubstancia, dentro do plano geral da obra, através de um tom invocatório, o tema do sebastianismo, antes apenas difusamente referido no poema **D. Sebastião, Rei de Portugal**: «Ficou meu ser que houve, não o que ha.» (p. 9) Agora, naquele poema, os dois pólos do sebastianismo — desgraça e reconforto — se completam na funcionalização do motivo. Por um processo transubstanciador, o mito se mistifica, toma força anímica: «Ah, quanto mais ao povo a alma falta, / Mais a minha alma atlantica se exalta / E entorna, / E em mim, num mar que não tem tempo ou espaço, / Vejo entre a cerração o teu vulto baço / Que torna.» (p. 16). A volta, nos moldes dessa dimensão, é dos eleitos e a tônica, a dum império espiritual. A história, nesse aspecto, se transforma em virtuose esotérica, residual do princípio ordenador da espiritualidade do Quinto Império. Tal é a tônica desse messianismo poetizado. A revelação da alma, assim concebida, se consterna no reconhecimento da excelsitude do dom. É o momento final do recolhimento da verdade assim consentida que se encerra em piíssima atitude.

Prece encerra a peregrinação mística da alma do **Mar Portuguez**. É um poema de profunda consternação que fica mais no plano do sentimento que no plano propriamente da concepção, ainda que mística. Novamente o sentimento se ritualiza nos motivos da realidade sentida. É o retorno à comiseração dos fatos. Assim, por exemplo, quando o poeta diz: «Restam-nos hoje, no silêncio hostil, / O mar universal e a saudade.» (p. 17), se comparamos esses versos a outros de um poema anterior: «Que o mar com fim será grego ou romano: / O mar sem fim é portuguez» (in **Padrão**, p. 13), notamos que o motivo do «mar» se prende a uma reminiscente realidade. **Prece** é sintomático como reflexo, ainda que premonitório (o poema data originalmente de 1921-1922), da realidade pela qual passou a nação portuguesa (e com ela também Fernando Pessoa) às voltas do ano de 1928; necessitada essa realidade de uma «remodelação do subconsciente nacional.» Tal contingência pode ser notada poetizada nos seguintes versos: «Mas a chamma, que a vida em nós creou, / Se ainda ha vida ainda não é finda. / O frio morto em cinzas a ocultou: / A mão do vento pode erguel-a ainda.» (p. 17) O **Interregno** é uma prova concreta disso tudo, bem como o manifesto do **Núcleo de Ação Nacional**, os artigos do órgão do referido **Núcleo** e o poemeto **Presidente-Rei**, todos de espírito nacional-revolucionário.

A **Terceira Parte da Mensagem**, intitulada **O Encoberto**, é a parte mais profética do livro, porque constituída de avisos e presságios. Nela se concretiza, por assim dizer, a visão escatológica (= de realização no tempo) da concepção messiânica e sebástica do Quinto Império. É necessário precisar a idéia pessoana dessa realização. É evidente que ela não é simplesmente histórica, mas antes trans-história e simbólica. Fernando Pessoa recorre a uma cosmovisão mítica (com o aproveitamento de concepções do mito do sebastianismo da tradição cultural portuguesa) que encontra, na alma mística do português, a

ambiência e a preparação necessárias para o seu desdobramento. Atende, nesse sentido, antropologicamente, ao componente ancestral da espiritualidade céltica e germânica de sua raça, como também à composição psicológica da idéia e sentimento de império e grandeza que o desempenho histórico de conquistador do Ocidente e Oriente dera ao povo português no alvorecer da Era Moderna: hegemonia política e econômica na época dos descobrimentos e conquistas, principalmente no século XVI. Fernando Pessoa traduz a materialidade desses conteúdos num sentido espiritual. A «Renascença Portuguesa», agora numa época adventícia, não poderia mais se realizar num plano simplesmente histórico, da práxis de valores contingentes. Portugal pré-republicano e dos primeiros anos de vida da República estava materialmente decadente. Perdera o sentido de Nação que se baseava, para Fernando Pessoa, na idéia de raízes e tradição da raça, fontes de seus verdadeiros valores. E para o poeta, como veremos, a Nação era os anseios do povo, para o qual o sebastianismo era (e subjacentemente ainda é) a tônica do sentimento de integridade nacional, da consolidação política e, conseqüentemente, da idéia de desempenho e grandeza do País no grande painel da História da Humanidade.¹¹ E, como fora na época do império monárquico que a nacionalidade portuguesa se consolidou nos seus valores mais representativos, daí a concepção reminiscente, saudosista, regiocêntrica (monárquica e tradicional portanto) do conteúdo da mensagem pessoana da Mensagem. Portanto, o nacionalismo que comparece na obra é monárquico em essência. O Quinto Império desejado e profetizado «realiza-se» num plano da mística nacional e da mística espiritual. Os recursos para o tratamento poético de ambos interpretam-se simbolicamente num e noutro plano. A hermenêutica dessa Terceira Parte da Mensagem cifra-se na espiritualização desses conteúdos em que a jornada da Nação corresponde à jornada da própria Alma e o conceito de Nação o é em termos de Pátria espiritual. E a tônica (já repetidas vezes aludidas nesse trabalho) reside nas concepções esotéricas e ocultistas do poeta como um iniciado nessas doutrinas.

Divide-se essa Terceira Parte da Mensagem, intitulada **O Encoberto**, em: I. Os **Symbolos**, com os seguintes poemas: **D. Sebastião**, **O Quinto Império**, **O Desejado**, **As Ilhas Afortunadas** e **O Encoberto**; II. Os **Os Avisos**, com os poemas: **O Bandarra**, **Antônio Vieira** e **Screvo meu livro à beira-mágua**; III. Os **tempos**, com os poemas: **Noite**, **Tormenta**, **Calma**, **Antemanhã** e **Neveiro**.

Em **D. Sebastião** (se no poema anterior, que possui título similar a esse: **D. Sebastião, Rei de Portugal**, quinto poema da III parte do **Brasão — As Quinas** —, há uma verdadeira apologia, por assim dizer, do caráter dessa personagem que já se revela mítica), o mítico se constrói propriamente com uma forte conotação de messianismo mítico: «Cahi no areal e na hora adversa / Que Deus concede aos seus / Para o intervalo em que esteja a alma immersa / Em sonho que são Deus... É [Deus] O que eu me sonhei que eterno dura. / É Esse que regressarei.» (p. 18) **D. Sebastião** aqui se identifica, messianicamente,

com o próprio Deus. Não mais simplesmente é o mito do messianismo histórico ou cultural, mas o mito da identificação da alma com o próprio Criador. E nesse sentido, desmaterializado, o conteúdo de funcionalidade mítica, se espiritualizando, constitui-se no conteúdo da problemática mística. Esse messianismo místico e a idéia, que a ele se correlaciona, do Quinto Império estão ligados à iniciação ocultista de Fernando Pessoa:

Numa das conferências teosóficas que Annie Besant proferiu — «Os Mensageiros da Loja Branca» —, conferência traduzida por Fernando Pessoa, além de se expor, largamente, a doutrina do Ocultismo que legitima a própria concepção do Quinto Império, encontra-se, de certo modo, concretizada a própria filosofia política do poeta da Mensagem.¹²

Diz Fernando Pessoa, ao explicar a sua teosofia da realeza de origem divina vis-à-vis a sua «filosofia política» circunstancial: «é divino pela sua origem, pelo seu prestígio e pela sua função ... considerando os reis descendentes dos mensageiros da Loja Branca.»¹³ A transição ao nacionalismo místico é o messianismo teosófico da alma divinizada e predestinada, com a idéia de que, iniciaticamente, o ser eleito tem que passar por um processo de provação (como passara o próprio D. Sebastião) para o seu aperfeiçoamento, até atingir estágios superiores de sua existência. Assim procedendo, encaminha-se, nos planos de elegibilidade divina, à consecução dimensionada do Quinto Império: um dos alcances da espiritualidade ou cultura da alma. O Quinto Império e o seu tom preceituário são verdadeiras máximas de iniciação ocultista. Apologa a necessidade do homem vencer a contingência: «Triste de quem é feliz! / Vive porque a vida dura. / Nada na alma lhe diz / Mais que a lição da raiz. / Ter por vida a sepultura.» (p. 18). O poema faz um apelo apocalíptico à alma humana para que seja um «ser descontente», porque tal «é ser homem». (p. 18) A alma teria que ter uma «visão» que «as forças cegas [i.e. os instintos inferiores] se domem.» (p. 18) A realização do Quinto Império teria a visão superior da espiritualidade e se instauraria acima da contingência histórica da temporalidade: «Grécia, Roma, Cristandade, / Europa — os quatro se vão / Para onde vae toda idade.», visto que, «passados os quatro / Tempos do ser que sonhou, / A terra será teatro / Do dia claro, que no atro / Da erna noite começou.» (pp. 18-19). Interessante é notar que, até certo ponto, fugindo à teologia cristã da realização da alma humana no céu, Fernando Pessoa sugere a concepção dum paraíso terreal, quase que antropocentricamente pagão. Para ele parece que o homem — matéria e espírito — tem que se realizar num processo que não aniquile uma dessas componentes em detrimento da outra. É o homem enquanto ente total que deve se realizar, como se passasse por um processo alquímico. A história da humanidade parece ser parte inerente ao próprio processo de realização espiritual do homem. E é nesse sentido que se «logiciza» o seu nacionalismo

histórico vis-à-vis esses conteúdos esotéricos: o homem português deveria se realizar («Quem vem viver a verdade / Que morreu D. Sebastião?» — p. 19) numa ascendência de planos, a partir da sua própria contingência. A pressuposição disso tudo está no sacrifício das «quinas». É o seu conceito de espírito-nação, misticismo da alma no tempo-espaço do devir, da busca do absoluto dentro do próprio relativo. Não seria a heteronímia do poeta um processar desse mesmo princípio?

O Desejado é um poema-apóstrofe dentro da mística cavaleiresca arturiana («Galaaz», «Santo Graal») vis-à-vis a dogmática cristã («erguer de novo ... A alma penitente do teu povo / A Eucharistia Nova» — p. 19). É o sentido de uma nova transubstanciação redentora que se invoca ao «Mestre da Paz», o «Desejado». Essa nova revelação revivifica os princípios dogmáticos do sacrifício que realiza, por extensão, a função dual da redenção: o espírito e a matéria como componentes de um todo que, em última análise, humaniza o sacrifício: alcançar o cálice (o Graal), o sangue, o espírito, a essência, a Vida, pela luta, pela espada, pelo contingente esforço de conquista (o «Excalibur do Fim»). Essa é a peregrinação holocáustica da própria alma humana que se liga coerente e internamente ao sentido simbólico do poema anterior. O Desejado, por isotopia dos motivos, é a invocação iniciática da própria alma humana.

As **Ilhas Encobertas** representam o sonho do paraíso que, quase platonicamente, é dado como reminiscência nostálgica, num plano transcendental anacrônico e utópico. É o sonho do paraíso da alma saudosa do paraíso celestial originário, antes da consciência sensível. Aqui se embatem dois planos: o da consciência psicológica, contingente, de referencialidade material e o da consciência profunda, transcendente, espiritual.

O Encoberto emancipa a visão ocultista, teosófica de **O Desejado**. Tal messianismo se realiza, simbolicamente, pelos motivos da concepção rosacruziana: A «Cruz Morta do Mundo» e a «Vida que é a Rosa»; a «Cruz, que é o Destino» e a «Rosa que é o Cristo.» (pp. 19-20). Novamente contingência e espiritualidade, como provações da excelsa sabedoria divina, se fazem presentes inteiramente, conotando a idéia de realização espiritual **post-mortem**.

Para essa realização final dos tempos, o homem conta com profecias, premonições, verdadeiros avisos. É o que ocorre nos dois poemas seguintes de **Os Avisos: O Bandarra e Antonio Vieira** (apenso ao qual está um outro poema que com este forma um díptico: **Screvo meu livro à beira-mágua.**) **O Bandarra** é um poema que possui referencialidade histórica, cujo significado, por isso mesmo, só pode ser entendido dentro do esquema dessa **Terceira Parte** do livro — **O Encoberto**. Fernando Pessoa aproveitou o motivo simbólico-histórico-misterioso dessa figura para o plano final de sua obra: o conteúdo profético-premonitório da **Mensagem**. Equipara-se o Bandarra com o próprio Cristo, desmistificando o excesso desse ou mistificando o humanismo

daquele, ou ainda, mistificando, consorciadamente, o humanismo dos dois: «Sonhava, anonymo e disperso. O Império por Deus mesmo visto, / Confuso como o Universo / E plebeu como o próprio Christo.» (p. 20) É sabido que Bandarra, sapateiro na vila de Trancoso, foi como simples elemento do povo, o seu porta-voz (num intencionismo poético-popular) na sua aspiração mística, que muitos quiseram reconhecer como um velado messianismo e como uma restauração do Império:

As Trovas do sapateiro de Trancoso, talvez pela vaguidade que as torna impermeáveis ao senso comum, incutiam alento e consolo nas almas humilhadas pela opressão dos castelhanos.¹⁴

Antonio Vieira traz o sebastianismo e o Quinto Império como temas fundamentais de sua concepção. A figura do orador sacro completa, pelo seu misticismo sebástico e depois messiânico-político (quando identificou D. Sebastião com D. João VI, o restaurador), o profetismo bandarrista, defendendo-o e refundindo-o na sua oratória (inclusive os epítetos de **O Desejado** e **O Encoberto** são, a um e outro, atribuições metafóricas ligadas a esses conteúdos):

O P. António Vieira partilhou, como tantos outros do seu tempo, do misticismo sebástico, no qual imprimiria depois um excepcional realce, quando no zénite do talento. Num sernão de 1634, pregado na Baía à glória de D. Sebastião, discorreu o célebre orador jesuíta: «Foi D. Sebastião porque o encobriu a realidade da vida debaixo da opinião da morte... Na opinião de todos era Sebastião morto, mas na realidade estava Sebastião vivo... Assim saiu Sebastião daquela batalha e assim foi achado depois dela: na opinião morto, mas na realidade vivo.»¹⁵

É interessante notar o poder projetivo-compensatório do mito sebastianista a funcionalizar-se em épocas tão diversas: na da dominação espanhola (1580-1640) e na da insatisfação a-republicana e teosófica de Fernando Pessoa. Em propósitos tão díspares, ainda é a tônica do nacionalismo histórico e/ou espiritual que num e noutro prevalece. Os **Avisos** terminam com uma prece-síntese-invocatória da redenção. É um verdadeiro salmo bíblico o messianismo pessoano. Aliás, em épocas passadas, muitos quiseram, inclusive, conferir nas Sagradas Escrituras, o motivo sagrado do sebastianismo:

Personagens da época, mesmo algumas das mais insígnas na sociedade e na literatura, fincavam esperanças na volta do rei desaparecido. Conta D. Francisco Manuel de Melo: «muitos varões doutísimos seguiram, não só a vulgar dúvida da sua morte [D. Sebastião], mas passaram a esperar com a sua vinda a restituição do seu império... Para que fizessem mais decente a sua opinião, e foram cada vez mais aumentando com sentenças dos

santos, oráculos profetas e juízos de astrólogos, de tal sorte que interpretadas, segundo alguns, as Sagradas Escrituras, nelas achavam preditas não só a transmigração, mas a recuperação do reino português.¹⁶

Fica assim explicado o misticismo crítico-religioso do poeta da **Mensagem**, a que se associa, completando, a sua teofania ocultista. Intentados os «símbolos» e os «avisos» **Os Tempos** surgem da necessidade adventícia de redenção, mas mesmo assim, apenas requerida na ilusão e/ou desilusão. A arquetipia da aventura da alma portuguesa aqui comparece com toda a sua força simbólica: o mar, o desafio, a descoberta — temas da viagem vis-à-vis a aventura da auto-suficiência.

Os poemas de **Os Tempos** são um verdadeiro microcosmo de cerrada simbologia, cujos motivos temáticos, que difusamente tratam, se encontram desenvolvidos, em sua referencialidades, no decorrer de toda a obra.

Ainda dentro do cabalístico e teosófico, acentua-se o tema da espiritualidade do terceiro elemento triádico, sempre a se buscar para completar as correspondências trilaterais: «Senhor, os dois irmãos do nosso Nome / O Poder e o Renome — / Ambos se foram pelo mar da idade / A tua eternidade.» (in **Noite**, p. 21) Aos dois, o Poder e o Renome, sempre se requer a intentada busca de um terceiro. Em **Antemanhã**, é o mesmo Mostrengo que diz «Quem é que dorme a lembrar / Que desvendou o Segundo Mundo / Nem o Terceiro quiere desvendar?» (p. 23)

Já no final da **Mensagem**, a simbologia está completa nos níveis da sua significação: o princípio é o da transmutação, transsubstanciação do real (histórico-nacional) no ideal (metafísico-espiritual). Tal processo acha-se tão consubstanciado na mente e espírito do poeta que a redenção atinge significação cada vez mais profunda: Portugal é a Alma e a Dimensão de um reino de quinta-essência: O Quinto Império.

Fernando Pessoa, o «profeta» do «supra-Camões» (não seria esse ele próprio?) realiza a densidade épico-fatual de **Os Lusíadas**. Só que a sua épica é a épica da nação-sentimento e nação-espiritualidade: **Peregrinatio ad loca sancta** — «Valete, Frates.» (p. 23)

NOTAS

1. SIMÕES, João Gaspar. **Vida e Obra de Fernando Pessoa**. Vol. II (Porto: Livraria Bertrand, s/d), p. 317.
2. *Ibidem*, p. 316.
3. *Ibidem*, p. 317.
4. Essa proposição encontra-se largamente comentada na obra de João Gaspar Simões; *Opus cit.*, vols. I e II.
5. *Ibidem*.
6. COSTA, Dalila L. P. da. **O Esoterismo de Fernando Pessoa**. (Porto: Lello e Irmãos, 1977), pp. 166-169.

7. *Ibidem*, p. 171.
8. CIDADE, Hernani. *Portugal Histórico-Cultural*. p. 487.
9. PESSOA, Fernando. *Mensagem, Obra Poética*. (Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S/A, 1983), p. 5. Daqui por diante, nas citações referentes a essa obra, apenas indicar-se-á o número da página no próprio corpo do texto.
10. SIMÕES, Gaspar. *Op. Cit.*, p. 315.
11. É interessante recordar como a História constrói os seus mitos e como, do pragmatismo do real, esses mesmos conteúdos mistificados se sublimam em espiritualizações, passando a constituir a história mística do pensamento, de fortes conotações religiosas ou doutrinas metafísicas. Nesse sentido, para o caso português, o real da figura de D. Sebastião transforma-se, como passo primeiro da evolução, no mito do sebastianismo e daí, num processo de desmaterialização do mito, se transforma num messianismo cada vez mais místico-espiritualizante. Daí a conotação se abre em pluralências que se funcionalizam conforme o caso. Para a mitopoetização de Fernando Pessoa, o esoterismo e o ocultismo muito contribuíram como sucedâneas recorrências. A poetodramatização do poeta apresenta-se, nesse particular, numa cosmogonia coesa em mais de um ponto. Adquire estruturas internas, organiciza-se.
12. SIMÕES. p. 306.
13. *Ibidem*, p. 307.
14. FERREIRA, Joaquim. *História da Literatura Portuguesa*. 4ª ed. (Porto: Editorial Domingos Barreira, 1971), p. 477.
15. *Ibidem*, p. 476.
16. *Ibidem*.

t.